

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.498.124 - RJ (2019/0128967-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : VINHAS E REDENSCHI ADVOGADOS
ADVOGADOS : CAMILA VIVEIROS DE CASTRO - RJ112639
JOAO PAULO RIBEIRO NAEGELE - RJ167447
JEISON BAINHA DE OLIVEIRA - RJ205400
AGRAVADO : RAÍZEN COMBUSTÍVEIS S/A
ADVOGADOS : GUILHERME BARBOSA VINHAS - RJ112693A
JOAO PAULO RIBEIRO NAEGELE - RJ167447
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SUBMISSÃO À REGRA PREVISTA NO ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 03/STJ. SUPOSTA OFENSA AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. INEXISTÊNCIA DE VÍCIO NO ACÓRDÃO RECORRIDO. ARESTO RECORRIDO QUE NÃO PADECE DE FALTA DE MOTIVAÇÃO. EXECUÇÃO FISCAL. EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTO AUTÔNOMO NÃO IMPUGNADO NAS RAZÕES RECURSAIS. ÓBICE DA SÚMULA 283/STF (POR ANALOGIA). AGRAVO CONHECIDO, PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto em face de acórdão do Tribunal Regional Federal da 2ª Região cuja ementa é a seguinte:

ADMINISTRATIVO. EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. AJUIZAMENTO POR CULPA DO PRÓPRIO EXECUTADO/EMBARGANTE. DESISTÊNCIA APÓS A INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS INDEVIDOS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA CAUSALIDADE. APELO NÃO PROVIDO.

1. Cuida-se de apelação interposta por Vinhas e Redenschi Advogados e Outro em face de sentença que julgou procedente o pedido dos embargos à execução fiscal, entendendo ter havido seu reconhecimento e deixou de condenar a parte vencida em honorários advocatícios, na forma do art.

19 da Lei nº 10.522/02.

2. A União promoveu a execução fiscal nº 0072348-85.2016.4.02.5101 em face de Arbo Comércio Ind e Reflorestamento Ltda, incorporada pela embargante Raizen Combustíveis S/A, protocolada em 31/05/2016, relativa a taxa de ocupação e multa de mora dos anos de 2011 a 2013.

3. A embargante prestou esclarecimentos a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em 27/05/2013, apenas quatro dias antes do ajuizamento da execução fiscal, acerca da das "evoluções das incorporações do imóvel"

objeto da cobrança, asseverando ainda que não houve comunicação à Secretaria. a embargante Raízen Combustíveis S/A prestou esclarecimentos a Secretaria de Patrimônio da União (SPU), em 27/05/2013, apenas quatro dias antes do ajuizamento da execução fiscal, acerca da das "evoluções das incorporações do imóvel" objeto da cobrança, asseverando ainda que não houve comunicação à Secretaria. Confira-se o teor da confissão da defesa administrativa da embargante.

4. Neste mesmo sentido, nos autos da execução originária, esta 5ª Turma Especializada, em acórdão de relatoria do Juiz Federal convocado José Eduardo Nobre Matta, entendeu que quem deu causa à ação executiva foi a executada, que não tomou as medidas cabíveis junto à SPU, para informar as transações que fez e que alterou a titularidade da propriedade do imóvel (AC 2016.51.01.072348- 6, Rel. Juiz Fed. Conv. JOSÉ EDUARDO NOBRE MATTA, E-DJF2R 08/06/2017).

5. Segundo o princípio da causalidade o responsável pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios é a parte de deu causa à instauração do processo (TRF2, 6ª Turma, AC 00194129220164025001, Rel. Des. Fed. ALCIDES MARTINS, E-DJF2R em 08.03.2017).

6. No caso, a execução e, conseqüentemente, os embargos a esta só ocorreram por falta da própria embargante, que não tomou as medidas adequadas junto à administração para afastar sua responsabilidade para com a dívida exequenda.

7. Apelação não provida.

Os embargos de declaração opostos foram parcialmente acolhidos, mas sem efeitos infringentes.

No recurso especial, interposto com base na alínea *a* do permissivo constitucional, a recorrente aponta ofensa aos arts. 489, § 1º, 1.022, II, do CPC/2015, arguindo ausência de manifestação do órgão julgador acerca das questões suscitadas.

No mérito, alega violação aos arts. 85, §3º, 90, do CPC/2015, e 19 da Lei nº 10.522/02. Sustenta, em síntese, que cabe o pagamento dos honorários à parte que reconheceu o pedido dos honorários sucumbenciais e não a ora recorrente.

Em suas contrarrazões, a recorrida pugna pelo não conhecimento do recurso ou, alternativamente, pelo seu não provimento.

O recurso foi inadmitido pela decisão de fls. 609/612, cujos fundamentos foram impugnados por meio do presente agravo.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, cumpre esclarecer que o presente recurso submete-se à regra prevista no Enunciado Administrativo nº 3/STJ, *in verbis*: "*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC*".

Depreende-se dos autos que o Tribunal de origem, de modo fundamentado, tratou das questões suscitadas, resolvendo de modo integral a controvérsia posta.

Na linha da jurisprudência desta Corte, não há falar em negativa de prestação jurisdicional nem em vício quando o acórdão impugnado aplica tese jurídica devidamente fundamentada, promovendo a integral solução da controvérsia, ainda que de forma contrária aos interesses da parte.

Assim, não havendo no acórdão recorrido omissão, obscuridade, contradição ou

erro material, não fica caracterizada ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015.

Ademais, não se pode confundir falta de motivação com fundamentação contrária aos interesses da parte, motivo pelo qual não resta caracterizada ofensa ao art. 489 do CPC/2015.

No que se refere à matéria de fundo, o Tribunal de origem entendeu que:

Segundo o princípio da causalidade o responsável pelo pagamento das custas processuais e honorários advocatícios é a parte que deu causa à instauração do processo.

[...]

No caso, a execução e, conseqüentemente, os embargos a esta só ocorreram por falta da própria embargante, que não tomou as medidas adequadas junto à Administração Pública para afastar sua responsabilidade para com a dívida exequenda.

Da leitura da petição do recurso especial, percebe-se que a recorrente teceu comentários sobre o cabimento do pagamento dos honorários à parte que reconheceu o pedido, todavia não refutou as razões do acórdão recorrido, especialmente ao fato de que foi a recorrente que deu causa à ação, já que não tomou as medidas adequadas junto à Administração Pública (princípio da causalidade), o que atrai o óbice da Súmula 283/STF, aplicável por analogia, que dispõe, *in verbis*: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

Vale destacar que o princípio da dialeticidade recursal impõe ao recorrente o ônus de evidenciar os motivos de fato e de direito suficientes à reforma do acórdão recorrido, trazendo à baila novas argumentações capazes de infirmar todos os fundamentos do *decisum* que se pretende modificar, sob pena de vê-lo mantido por seus próprios fundamentos.

Confirmam-se:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO GENÉRICO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTOS SUFICIENTES. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. PEDIDO GENÉRICO. PECULIARIDADES DO CASO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. VERIFICAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. REALIZAÇÃO DE OBRAS. SÚMULA 7/STJ.

1. No caso dos autos, os argumentos do acórdão recorrido não enfrentados são suficientes para manter o *decisum* recorrido, o que atrai na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 283 do STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

2. O Tribunal de origem, soberano na análise das circunstâncias fáticas e probatórias da causa, ao negar provimento às apelações, entendeu por manter a sentença de extinção do feito tendo em vista que o pedido constante da inicial é genérico, o que conduz à inépcia da inicial. Modificar o acórdão recorrido demandaria a incursão na seara fático-probatória constante dos autos, o que é vedado a teor do disposto na Súmula 7/STJ.

3. Por fim, quanto à alegação da parte recorrente de que foi "constatado - com demonstram os documentos de fls. 13/29 - que a UFRJ não tem

realizado qualquer obra de conservação no referido imóvel, tendo em vista o estado de conservação em que se constatou estar o imóvel", a Corte de origem asseverou que tais obras ocorreram. Dessa forma, averiguar se de fato foi realizada alguma obra demandaria a análise dos fatos e provas trazidas aos autos, o que novamente encontra óbice na Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1376352/RJ, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe 13/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. INDEFERIMENTO DA INICIAL. AUSÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO INDISPENSÁVEIS. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO DE QUE FORAM CONCEDIDAS MAIS DE UMA OPORTUNIDADE PARA SUPRESSÃO DA IRREGULARIDADE NÃO IMPUGNADO. APLICAÇÃO DA SÚMULA 283/STF.

I - *In casu*, rever o entendimento do Tribunal de origem, quanto à documentação indispensável à propositura da ação, demandaria necessário revolvimento de matéria fática, o que é inviável em sede de recurso especial, à luz do óbice contido na Súmula n. 7/STJ.

II - A falta de combate a fundamento suficiente para manter o acórdão recorrido - de foram concedidas mais de uma oportunidade para a supressão da irregularidade, antes do indeferimento da inicial - justifica a aplicação, por analogia, da Súmula n. 283 do Supremo Tribunal Federal.

III - A Agravante não apresenta, no regimental, argumentos suficientes para desconstituir a decisão agravada.

IV - Agravo Regimental improvido. (AgRg no AREsp 607.618/PR, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, DJe 11/05/2015)

RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DIREITO DAS SUCESSÕES. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283 DO STF. IMPOSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO JULGADO. NECESSIDADE DE AMPLA DILAÇÃO PROBATÓRIA. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os recorrentes deixaram de impugnar fundamentos suficientes, por si sós, para manter o acórdão recorrido, o que atrai o óbice da Súmula nº 283 do STF.

2. Se a análise da alegação recursal demanda o reexame do conjunto fático-probatório, não pode este Tribunal apreciar o inconformismo a teor da sua Súmula nº 7.

3. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1488870/MG, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 12/05/2015)

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, III e IV, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, *b*, do RISTJ, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

